

CARACTERIZAÇÃO DOS VISITANTES DO PARQUE MUNICIPAL DA LAGOA DO PERI-FLORIANÓPOLIS-SC: UMA CONTRIBUIÇÃO METODOLÓGICA PARA A GESTÃO DA VISITAÇÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO¹

Caracterización de los visitantes del Parque Municipal de la Lagoa do Peri-Florianópolis-SC: una contribución metodológica para la gestión de la visitación en unidades de conservación

Characterization of visitors to Peri Lake City Park (Florianopolis/SC): a methodological contribution for conservation unit visitation management

Paulo dos Santos Pires

pires@univali.br

Universidade do Vale do Itajaí

Doutorado em Geografia Universidade de São Paulo - USP

Mestrado em Engenharia Florestal Universidade Federal do Paraná - UFPR

Especialização em Turismo e Hotelaria Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI

Especialização em Interpretação de Imagens Orbitais e

Sub Orbitais Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Graduação em Engenharia Florestal Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Carlos Ernesto Cappelini Muniz

cappelini@gmail.com

Faculdades Assesc

Mestrado em Turismo e Hotelaria Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI

Graduação em Turismo e Hotelaria Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI

Correspondência

5ª Avenida, s/n – Bairro dos Municípios

Balneário Camboriú / SC – CEP: 88337-300

Bloco 07 – Sala 204

Data de Submissão: 03/07/2009

Data de Aprovação: 23/03/2010

RESUMO

O conhecimento das características dos visitantes em Unidades de Conservação, assim como da demanda de visitação são, reconhecidamente, informações importantes para a gestão de seu uso público. Neste contexto, no artigo pretende-se contribuir metodologicamente no campo da coleta, tratamento e análise de dados relativos ao visitante, à visitação e à viagem. Para tanto, apresenta-se o processo de adaptação, teste e aplicação final do *Questionnaire Catalogue (Q-Cat)*, um instrumento de coleta de dados para pesquisa com visitantes em Parques, elaborado por Ken Hornback e Bill Key e adotado em Áreas Protegidas da América do Norte; e cuja aplicação ocorreu junto aos visitantes do Parque Municipal da Lagoa do Peri, Florianópolis-SC. Os resultados foram obtidos através da utilização estatística multivariada e apresentaram três grupos de visitantes com perfis bem definidos, constatando-se também a factibilidade da adoção do Q-Cat na perspectiva do estabelecimento futuro de um instrumento padrão de coleta de dados sobre o visitante e a visitação em Unidades de Conservação do país. Isto permite inserir as informações assim geradas nas estatísticas globais sobre o uso público em APs, haja vista que o *Q-Cat*, é o instrumento adotado pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas – WCPA.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; visitação em Unidades de Conservação; *Questionnaire Catalogue (Q-Cat)*, Parque Municipal da Lagoa do Peri, Florianópolis-SC.

RESUMEN

El conocimiento de las características de los visitantes en Unidades de Conservación, así como de la demanda de visitación son, reconocidamente, informaciones importantes para la gestión de su uso público. En este contexto, en este artículo se pretende contribuir metodológicamente en el campo de la recolección, tratamiento y análisis de datos relativos al visitante, a la visitación y al viaje. Para ello se presenta el proceso de adaptación, test y aplicación final del *Questionnaire Catalogue (Q-Cat)*, un instrumento de recolección de datos para investigación con visitantes en Parques, elaborado por Ken Hornback y Bill Key y adoptado en Áreas Protegidas de América del Norte, y cuya aplicación se llevó a cabo con los visitantes del Parque Municipal de la Lagoa do Peri, Florianópolis-SC. Los resultados fueron obtenidos a través de la utilización estadística multivariada y presentaron tres grupos de visitantes con perfiles bien definidos, constatándose también la factibilidad de la adopción del Q-Cat en la perspectiva del establecimiento futuro de un instrumento patrón de recolección de datos sobre el visitante y la visitación en Unidades de Conservación del país. Esto permite insertar las informaciones así generadas en las estadísticas globales sobre el uso público en APs, considerando que el *Q-Cat* es el instrumento adoptado por la Comisión Mundial de Áreas Protegidas – WCPA.

PALABRAS CLAVE: Turismo; Visitación en Unidades de Conservación; *Questionnaire Catalogue (Q-Cat)*, Parque Municipal de la Lagoa do Peri, Florianópolis-SC.

ABSTRACT

Knowledge of the characteristics of visitors to Conservation Units, and the visitation demand, is acknowledged as important information for the management of their public use. In this context, this article offers a methodological approach for the collection, treatment, and analysis of data on visitors, visitation and travel. To this end, the adaptation, testing, and final application of the Questionnaire Catalogue (Q-Cat) are presented; Q-Cat is a data collection tool for park visitor surveys developed by Ken Hornback and Bill Key, used in North American Protection Areas and applied to the Peri Lake City Park in Florianopolis, Southern Brazil. The results were obtained through multivariate statistics, and three groups of clearly-defined visitor profiles are presented. The applicability of the Q-Cat is highlighted, as a standard Conservation Unit visitor data collection tool to be more widely used in the future, allowing data insertion on global Protected Area public use statistics, since Q-Cat is already being used by the World Commission on Protected Areas (WCPA).

KEYWORDS: Tourism; Conservation Unit visitation; *Questionnaire Catalogue (Q-Cat)*, Peri Lake City Park in Florianopolis, Santa Catarina State, Brazil.

1. INTRODUÇÃO

Ao mesmo tempo em que a OMT (2003) lançou uma previsão de crescimento do setor de viagens entre 4,2% e 4,5% durante o período de 2000 a 2020, EAGLES; McCOOL; HAYNES (2002) e TAKAHASHI (2004) também constatam o incremento do fluxo turístico em Áreas Protegidas – A.P's ao redor de todo o mundo com expectativas de crescimento da visitação em parques, projetadas para os próximos anos. No Brasil, em particular, essas áreas naturais protegidas são denominadas oficialmente de Unidades de Conservação.

Conforme constatado por MMA (2005), as atividades em contato com ambientes naturais vem aumentando tanto no contingente quanto nas modalidades praticadas. Tal demanda ratificou a necessidade de normas gerais e específicas para que essas atividades fossem realizadas de maneira adequada com o perfil e expectativas do visitante e, ao mesmo tempo, compatíveis com o objetivo maior das áreas protegidas que é a conservação da natureza. Dessa forma, o estabelecimento de diretrizes para a visitação por parte do órgão federal gestor do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, ocorrido em 2006, veio atender a essa necessidade. Assim, por um lado, contemplando entre os seus princípios (letras "j" e "l") e diretrizes gerais (item 1.9) a satisfação das expectativas do visitante e o seu registro, a consideração das formas de visitação, bem como o advento de pesquisas periódicas; para identificar exatamente o perfil, a opinião e a satisfação dos visitantes nas áreas protegidas (MMA, 2006).

Por outro lado, com esse incremento da visitação turística nas áreas protegidas, se antevê a geração de benefícios e também de riscos e impactos negativos de ordem sócioeconômica, cultural e ambiental; tornando o planejamento da atividade turística nestas áreas uma necessidade imperativa para viabilizar os benefícios positivos do turismo e minimizar os seus impactos negativos sobre o ambiente natural e o entorno social.

Para tanto, o conhecimento das características dos visitantes se torna um importante requisito para a elaboração de programas específicos de uso público nas A.P's, – contemplando subprogramas de turismo, recreação e educação ambiental, no âmbito maior dos planos de manejo preconizados como instrumento de gestão para as áreas protegidas. Para Hornback e Eagles (1999) a falta de instrumentos padronizados e de padrões para a coleta e tratamento dos dados sobre o uso público em AP's dificulta também a compreensão da dimensão do mercado mundial do turismo e do correspondente uso público em A.P's.

Nesse contexto, neste artigo pretende-se contribuir para a definição de um instrumento de coleta de dados padrão para as Unidades de Conservação brasileiras como etapa indispensável para a gestão do uso público nessas áreas. Para tanto, será apresentado e discutido o resultado da adaptação e aplicação de um modelo desenvolvido para a coleta de dados dos visitantes em parques nacionais norte americanos denominado de *Questionnaire Catalogue (Q-Cat)*, em uma unidade de conservação municipal da categoria "Parque" no Brasil.

2. MARCO TEÓRICO

2.1 Áreas protegidas e prerrogativas legais para o seu uso público

A União Internacional para a Conservação da Natureza define Áreas Protegidas como sendo áreas de terra ou de mar especialmente dedicadas à proteção e conservação da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais a ela associados, e manejada por meios legais ou outros meios eficazes. (IUCN, 2002). No Brasil, a existência dessas áreas está prevista na Constituição Federal, onde no Art. 225 do Capítulo VI determina-se a incumbência do poder público em definir em todas as unidades da federação espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos. (Brasil, 1988). Este artigo veio a ser regulamentado através da lei nº 9.985 de 18 de Julho de 2000 que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.

Assim, as áreas protegidas são oficialmente denominadas no Brasil como "Unidades de Conservação" assim entendidas como

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com o objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (SISTEMA, 2004).

O SNUC pretende ser um conjunto organizado de áreas naturais protegidas por órgãos federais, estaduais e municipais, o qual totalmente planejado, manejado e gerenciado, será capaz de viabilizar os objetivos nacionais de conservação da natureza. (MMA, 1997). Entre esses objetivos incluem-se dois particularmente relacionados ao uso público dessas áreas, quais sejam a) "incentivar atividades

de pesquisa científica, estudos e monitoramento de natureza ambiental, sob todas as suas formas"; e b) "favorecer condições para a educação, interpretação ambiental e a recreação em contato com a natureza". (p. 14). Este último objetivo contempla plenamente a visitação através do Turismo Ecológico, ou da sua forma atualmente mais consagrada que é o Ecoturismo.

A visitação assim contemplada no conjunto dos objetivos de criação das Unidades de Conservação é considerada uma forma de uso indireto dos recursos, a qual não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais. (SISTEMA, 2004). Por sua vez, as unidades e conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grandes grupos, o grupo das unidades de proteção integral e o grupo das unidades de uso sustentável. A visitação através da recreação, educação ambiental e turismo, em princípio, está contemplada nos objetivos básicos dos dois grupos, salvaguardando-se apenas duas categorias de unidades de conservação (Estação Ecológica, Reserva Biológica) onde a visitação pública é vedada ou restrita a condições muito especiais. Das unidades de conservação, a categoria "Parque" integrante do grupo de proteção integral, é a mais vocacionada para a visitação, uma vez que contempla em seus objetivos básicos.

[...] a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (SISTEMA, 2004).

Se até então a contemplação e a legitimação do uso público e em particular, a visitação turística em unidades de conservação se encontrava bem definida no arcabouço legal, faltava ainda avançar no estabelecimento de um patamar regulamentador mais amplo e ao mesmo tempo detalhado, que servisse de referência institucional e legal para o seu pleno desenvolvimento. Essa lacuna é superada com a publicação pelo Ministério do Meio Ambiente no ano de 2006 do documento das "Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação" o qual, segundo o então diretor de áreas protegidas, teve "o objetivo de apresentar um conjunto de princípios, recomendações e diretrizes práticas com vistas a ordenar a visitação em Unidades de Conservação" (Mercadante, 2006, p. 10).

Segundo a mesma fonte (p. 9) a visitação em unidades de conservação deve ser criteriosamente planejada para que possa cumprir os objetivos de sua criação, funcionando também como uma ferramenta de sensibilização da sociedade sobre a importância da conservação da biodiversidade; além de viabilizar o desenvolvimento local e regional no entorno dessas unidades.

2.2 Uso público e visitação em unidades de conservação

Para McCool e Haynes (2002) o aumento do interesse pela sustentabilidade do turismo e pelo ecoturismo são reflexos do interesse da sociedade pela qualidade do ambiente natural e os efeitos do turismo nela. Eles também constatam que há uma relação direta entre a elevação do nível educacional com a demanda por atividades de recreação ao ar livre e, particularmente, por aprendizado durante as viagens na forma de *tours* educacionais em grupos, observação da vida selvagem e apreciação da cultura. Dessa forma, como também constata Wight (2001), segmentos com maior interesse pela visitação de áreas protegidas, como os ecoturistas, tendem a possuir um nível mais elevado de educação do que os turistas em geral.

Na perspectiva do interesse social por ambientes naturais, muitos parques e outras categorias de áreas protegidas tem se transformado em produtos turísticos e são vendidos como atração ao que Reinius e Fredman (2007) atribuem como a sua turistificação ao se apoiar na afirmação de Boyd (2004); para quem os parques nacionais têm se tornado ícones turísticos em muitos países, onde alguns de seus parques são promovidos como atrações obrigatórias. Reinius e Fredman (2007) ainda constataram que o nome parque nacional possui um efeito mais forte diante dos turistas do que, por exemplo, reservas da biosfera ou patrimônio mundial.

Cientificamente o contexto mais amplo das abordagens contemporâneas sobre o uso público em áreas protegidas, poderá nos remeter a um período ainda anterior a 1960, onde pesquisas na área de ciências sociais sobre populações e recursos naturais, estavam associadas com a recreação e o estudo formal do lazer e descreviam basicamente os visitantes e suas atividades em ambientes naturais (Manfredo et al, 2004). No entanto, a criação em 1958 da *Outdoor Recreation Resources*

Review Commission, representou, a materialização de um primeiro esforço conjunto para pesquisas em ciências sociais, com enfoque no uso de áreas públicas pela recreação. Tais estudos abordavam o comportamento recreacional, padrões de uso recreativo, e aspectos demográficos da população participante da recreação ao ar livre (idem, 2004).

Por sua vez, Manning (2004) expõe que a estrutura atual relacionada ao planejamento e manejo de parques, da vida selvagem e das áreas de recreação ao ar livre, teve origem na primeira edição do Simpósio Internacional em Sociedade e Manejo de Recursos, ocorrido em 1986. Desde então se desenvolveu, se refinou e se disseminou no meio acadêmico e na esfera institucional. Já o conceito de capacidade de carga recreativa que exprime o quanto de uso pode ser suportado por uma área natural sem que os seus recursos se deterioresem e sem que a experiência recreativa e turística seja afetada negativamente, passou a ser aplicado em parques a partir dos anos 1960, tendo em Wagar (1964) uma das referências pioneiras.

O uso público em unidades de conservação é uma ideia abrangente que remete ao potencial de atendimento das demandas da sociedade por parte dessas áreas naturais protegidas de acordo com os respectivos objetivos de cada categoria existente. A visitação, em particular, sendo uma forma de uso público, assume um caráter mais operacional recebendo a seguinte definição do Ministério do Meio Ambiente: “o aproveitamento e a utilização da Unidade de Conservação com fins recreacionais, educativos, entre outras formas de utilização indireta dos recursos naturais e culturais”. (MMA, 2006, p. 58).

Já o visitante, como sujeito da visitação, é entendido pelo mesmo órgão como a pessoa que visita uma Unidade de Conservação de acordo com os objetivos de cada área, motivado pelo lazer, recreação, contemplação, entre outros fatores. Por sua vez, a visita é vista estatisticamente como uma unidade de medida associada a cada pessoa que permanece por um determinado período em uma Unidade de Conservação, gerando com isso um dado estatístico de visita. A visitação turística em parques, no âmbito internacional, de acordo com Eagles (2001), compreende quatro subsegmentos do cada vez mais amplo segmento do turismo na natureza, que são o ecoturismo, as viagens de aventura, as viagens a locais remotos, e acampamento com carros (*car camping*).

Para Newsome, Moore e Dowling (2002) o potencial de uso público nas Áreas Protegidas se divide em quatro categorias principais: lazer e recreação; turismo; educação; e ciência. Porém, o ótimo aproveitamento turístico e recreativo dessas áreas depende de uma conjuntura favorável que segundo EAGLES, McCOOL e HAYNES (2002), inclui o envolvimento comunitário, a possibilidade de utilização das receitas geradas pela visitação e pelo turismo em uma determinada área protegida; para o investimento em melhorias e manutenção nela própria; mecanismos que integrem o turismo público e o turismo privado; e a liberação para que um turismo mais convencional possa se desenvolver em locais propícios a uma visitação mais acentuada.

Mesmo com todos esses condicionantes, para Takahashi (2004) o uso público em Áreas Protegidas tem sido progressivamente percebido como uma das mais eficientes estratégias de geração de receita para a proteção e manutenção dessas áreas.

2.3 A Caracterização dos visitantes no processo de planejamento do uso público

A caracterização dos usuários e visitantes de Áreas Protegidas é vista como condição necessária para o planejamento do uso público dessas áreas (HORNBACK e EAGLES, 1999 e TAKAHASHI, 2004). Estudos de caracterização dos visitantes e do tipo de uso público que estes realizam, além dos impactos que cada um desses usos provoca na área visitada; segundo Takahashi (2004), podem auxiliar na busca da conciliação entre a conservação da biodiversidade e as atividades típicas da visitação que são a recreação em contato com a natureza, a educação e a interpretação ambiental.

No entanto, a análise de textos como os de Cole, Stankey (1998); Newsome, Moore e Dowling (2002); McCool e Cole (1998); e McCool (199_), permite verificar que até então a caracterização dos usuários não tomava parte dos principais métodos de planejamento do uso público das A.P.s. Já a análise dos estudos sobre o perfil de visitantes das U.C.s do Brasil, (NOBRE, 1997; NIEFER, DA SILVA, AMEND, 2000; NIEFER, 2004; e TAKAHASHI, 1998), revela que atualmente não existe no Brasil um modelo padrão nacionalmente utilizado para se caracterizar o perfil dos

visitantes das Unidades de Conservação, o mesmo acontecendo com as informações relacionadas à caracterização das visitas, do tipo de viagem realizada pelos visitantes, entre outros aspectos pertinentes ao uso público. Rodrigues (2005)² reforça essa constatação, relatando que cada gestor das Unidades de Conservação do Brasil utiliza o seu próprio instrumento de coleta de dados quanto ao uso público dessas áreas.

A partir do ano de 2000 é possível constatar algumas iniciativas pontuais e circunscritas voltadas à caracterização do perfil do visitante em U.C's no Brasil. Conforme informa Lacerda (2008), o MMA/SBF desenvolveu um formulário para levantamento de dados sobre visitação, tendo sido aplicado em algumas U.C's sob a denominação de "Estudo da Dinâmica da Visitação em Unidades de Conservação". Por sua vez, a EMBRATUR/MTur adotou em 2002 um outro instrumento de coleta de dados para o "Estudo sobre o Turismo Praticado em Ambientes Naturais". Mais recentemente, em 2006, o IBAMA desenvolveu um instrumento de coleta de dados que ficou disponibilizado para ser aplicado junto aos visitantes do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros - GO. (LACERDA, 2008).

No entanto, a partir de 2003 o MMA deu início aos primeiros levantamentos em escala nacional buscando formar uma base de informações para um diagnóstico da visitação e para a posterior formulação de políticas e diretrizes para o Uso Público nas U.C's. Isso ocorreu com a aplicação de um questionário dirigido aos gestores dos Parques Nacionais e Estaduais através do IBAMA em 2003 e no ano seguinte de 2004, por meio do DAP, com a aplicação de um questionário dirigido ao público visitante. Como parte dos resultados obtidos, verificou-se, por exemplo, que as principais atividades desenvolvidas pelos visitantes dos Parques Nacionais no Brasil abertos ao uso público são a caminhada de um dia (22,41%); seguida do banho (18,97%); e do ciclismo e caminhada com pernoite, ambos com 7,76%. (MMA, 2005).

A partir destas primeiras iniciativas ocorreu um processo relativamente rápido e bem sucedido, envolvendo a participação de amplos segmentos sociais com interesse no tema e que resultou no lançamento por parte do MMA em 2006 do documento das Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação. O documento apresenta um conjunto de princípios, recomendações e diretrizes práticas para ordenar a visitação em Unidades de Conservação. Nesse documento, a identificação das características do visitante consta do item 1.9 das diretrizes para os órgãos gestores de unidades de conservação, com o seguinte texto: "*Estabelecer um sistema de registro de visitantes e realizar pesquisas periódicas para identificar o perfil, a opinião e a satisfação dos visitantes com relação às oportunidades de visitação oferecidas nas Unidades de Conservação*". (MMA, 2006, p.15).

3. OBJETO DA PESQUISA E METODOLOGIA

O Parque Municipal da Lagoa do Peri – PMLP e seus visitantes-usuários formam o objeto deste estudo inserido no contexto temático do uso público e da visitação em Unidades de Conservação e que está centrado na caracterização dos visitantes, através da aplicação de um modelo de questionário inédito no país, denominado de **Questionnaire Catalogue – QCat**, O Parque Municipal da Lagoa do Peri – PMLP se localiza na região sudeste da Ilha de Santa Catarina, Estado de Santa Catarina a, aproximadamente, 19km do centro da cidade (Figura 1). Sua localização geográfica é determinada pelas coordenadas 48° 32'10" de longitude oeste e 27° 44'30" de latitude sul. (PMF, 2003).

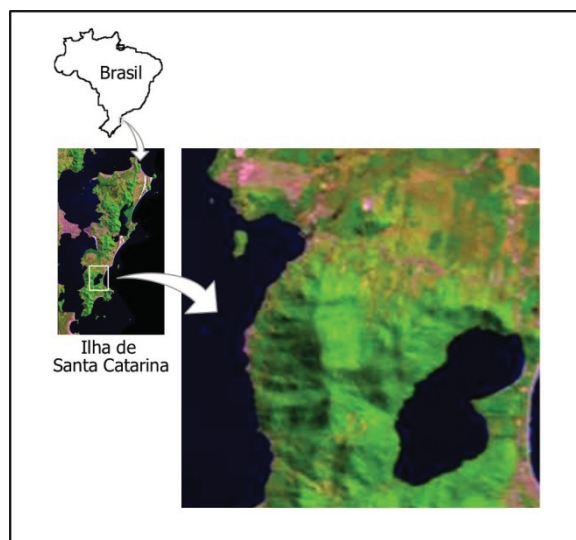


Figura 1. Localização geográfica da Lagoa do Peri (Sem definição de Escala)

Fonte: Elaborado por (informação temporariamente omitida)

A área total do parque é de 2.030ha e abriga, em seu interior, a maior lagoa de água doce da costa catarinense, com aproximadamente 5km², a qual empresta o nome ao parque (*Ibid*, 2003). Segundo Cabral (1999), a Lagoa do Peri é um ecossistema único e extremamente vulnerável, devido a sua reduzida extensão territorial e às complexas interações entre ela e os diversos elementos componentes do meio ambiente (relevo, clima, vegetação, hidrografia) e o homem.

Entre os objetivos de criação do PMLP destaque-se o aproveitamento das “[...] condições peculiares de sua paisagem natural e cultural para o adequado desenvolvimento de atividades educativas, de lazer e recreação”. (CMF, 1981). O PMLP recebe anualmente um grande número de visitantes, principalmente durante os finais de semana da temporada de verão, quando chegam a circular em seu interior mais de 2000 pessoas³. No entanto, não possui Plano de Manejo, nem tampouco um Plano de Uso Público, o que tem favorecido a sua utilização desordenada.

3.1 Procedimentos metodológicos

Com base na revisão de metodologias adotadas em escala mundial para se planejar o uso público em áreas protegidas, tais como Cole e Stankey (1998); Eagles, McCool, Haynes (2002); Magro, Dale, Vasconcellos, (2003); McCool e Cole (1998); Newsome, Moore e Dowling (2002); Ryan e Sterling (2003); e Takahashi (1998 e 2004), optou-se pela adoção de um modelo internacional de coleta de dados para pesquisa com visitantes de parques, denominado *Questionnaire Catalogue – Q-Cat*, Este modelo foi elaborado por Ken Hornback e Bill Key (HORNBACK e EAGLES, 1999), com o intuito de promover a padronização das pesquisas realizadas pelo Serviço de Parques Nacionais nos Estados Unidos; tendo sido adotado como referência para a coleta de dados em A.P’s pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas (WCPA). O “Q-Cat” é um questionário estruturado composto por 9 capítulos, como segue:

(I) CARACTERÍSTICA DOS VISITANTES. Identifica a característica do visitante das AP, entre elas: idade, nível educacional, situação civil, profissão entre outros;

(II) CARACTERÍSTICAS DA VIAGEM. Identifica informações relacionadas à viagem realizada pelo visitante da AP, tais como tipo de acomodação utilizada, forma de transporte utilizada para chegar até a AP, motivação da viagem, entre outras;

(III) CARACTERÍSTICA DA VISITA. Identifica as atividades realizadas dentro da AP, a satisfação obtida em cada atividade, o horário em que o visitante desempenhou cada atividade, entre outras;

(IV) AVALIAÇÕES. Realiza diversas avaliações sobre as atividades que o visitante desejava realizar e não pôde em função de algum motivo. Identifica também a frequência com a qual o visitante percebeu alguma modificação causada pelo uso público nas AP's, entre outras;

(V) ECONOMIA. Identifica os gastos dos visitantes dentro e fora da AP, o montante que o visitante estaria disposto a pagar para que a AP fosse preservada, entre outros;

(VI) CAPÍTULO VI: AGLOMERAÇÃO/ CONFLITO. Busca identificar como o visitante se sente em relação a um maior ou menor número de pessoas dentro da AP e ainda identificar qual a melhor forma de se controlar a visita nessas áreas;

(VII) VALORES. Busca, de forma bastante subjetiva, identificar quais são os valores pessoais de cada visitante;

(VIII) ESTÍLO DE VIDA RECREACIONAL – PESQUISA DE MERCADO. Identifica qual o estilo do visitante em seus momentos de fruição do lazer, isto é, o tipo e frequência de atividade realizada nesses momentos, o quanto o visitante geralmente gasta com refeições durante suas viagens, entre outros;

(IX) ATITUDES E PERCEPÇÕES AMBIENTAIS (Interferência na comunidade). Por fim, este capítulo busca identificar a interferência que a visita na AP promove na comunidade local e ainda o sentimento da comunidade em relação à natureza.

A aplicação do questionário junto aos usuários (visitantes locais e turistas) do Parque Municipal da Lagoa do Peri previa inicialmente que para cada respondente fossem adotados os capítulos I, III, IV e VI do *Q-Cat*, sendo que com esta configuração a entrevista totalizaria aproximadamente 103 questões correspondentes a aproximadamente 212 itens. Como o pré-teste aplicado indicou que isso não seria possível devido aos respondentes apresentarem desinteresse quando a entrevista ultrapassava cinco ou, no máximo, dez minutos de duração; e como também se desejava que a amostra fosse compatível com erro amostral de 5% e um nível de significância de 90%, adotaram-se as seguintes combinações do instrumento de coleta de dados: Capítulo I (perfil do turista/visitante) com o capítulo II (características da viagem); e Capítulo I com o capítulo III (característica da visita). Por se julgar que estas combinações continham as informações mais relevantes para caracterização do visitante e da visita em um número mais reduzido de questões, foram tomadas então como modelos-base para a efetiva aplicação. Ao final foi possível aplicar 292 entrevistas, o que elevou o erro amostral para 5,7%, apesar de manter o nível de significância em 90%.

O Capítulo I foi o único aplicado para todos os respondentes (292 indivíduos), enquanto os demais capítulos foram aplicados da forma como mostra o Quadro 1 a seguir:

Combinação 1	CAPÍTULO I e II – 107 entrevistas
Combinação 2	CAPÍTULO I e III – 129 entrevistas
Combinação 3	CAPÍTULO I e IV – 10 entrevistas
Combinação 4	CAPÍTULO I e V – 9 entrevistas
Combinação 5	CAPÍTULO I e VI – 10 entrevistas
Combinação 6	CAPÍTULO I e VII – 10 entrevistas
Combinação 7	CAPÍTULO I e VIII – 8 entrevistas
Combinação 8	CAPÍTULO I e IX – 9 entrevistas

Quadro 1: Relação do número de questionários aplicados no PMLP, por combinação.

Tal condição, levou à decisão de se utilizar apenas os dados colhidos com a aplicação do Capítulo I do *Q-Cat* para o posterior processamento estatístico, admitindo-se que a aplicação dos demais capítulos permitiu aos pesquisadores avaliar a aplicabilidade desse instrumento-modelo de coleta de dados diante de uma realidade brasileira de uso público em U.C. Já o pré-teste do instrumento *Q-Cat* serviu também para proceder as alterações e correções em diversas questões de cada um dos capítulos da versão original do questionário, como é possível constatar no Quadro 2 a seguir:

CAPÍTULO I	Foi identificada a necessidade de inserção de uma nova alternativa de resposta para a questão Q10, qual seja: 6) Não falo outras línguas.
CAPÍTULO II	Foram alteradas as respostas da questão Q10, quais sejam: A resposta da alternativa 1) passou a ser: "1" e a resposta da alternativa 2) passou a ser "2".
CAPÍTULO III	Foi adicionada mais uma alternativa de resposta para as questões Q25 e Q26. A nova alternativa de resposta é: item 6) "Nenhuma". Outra alteração feita nas respostas dessas duas questões foi realizada no item 4) o qual passou a ser redigido da seguinte maneira: 4) de 6 a 10 pessoas.
CAPÍTULO IV	Não sofreu alteração.
CAPÍTULO V	Foi inserido um novo texto na alternativa de resposta "2" da questão Q13, pois esta está ligada a questão Q17. O novo texto passou a ser redigido da seguinte maneira: (2) Sim. Se sim, não responder Q17.
CAPÍTULO VI	Foi percebido que o texto de apresentação das questões Q34 à Q40 estava incorreto. Esse texto fazia referência a alternativa "3" da questão anterior, ao invés da alternativa "4" que seria a correta. Por esta razão foi feita uma alteração no texto, através da qual se trocou o número "3" pelo número "4". O novo texto foi redigido da seguinte maneira: Se você selecionou (4) ou mais na última questão, o que na presença das outras pessoas, fez você sentir a aglomeração?
CAPÍTULO VII	Não sofreu alteração. Apenas foi percebido que a questão Q45 possui duas formas de preenchimento. Na área chamada Itens agrupados o respondente deve selecionar apenas um item de cada grupo de sentenças (2 itens). Já na área chamada Itens não-agrupados, o respondente deve classificar as respostas de acordo com o código utilizado nas questões Q21 à Q44.
CAPÍTULOS VIII e IX	Não sofreram alterações.

Quadro 1: Alterações efetuadas em cada capítulo após aplicação do pré-teste.

Fonte: Os autores

O período da coleta dos dados correspondeu a 21 dias ao longo do mês de janeiro de 2005, nas faixas de horários: 8h às 11h20; das 11h20 às 14h40; e das 14h40 às 18h de forma alternada, totalizando ao final 63 horas, o que representa o conjunto dos visitantes daquela temporada (HORNBACK & EAGLES, 1999). O calendário de aplicação da pesquisa, isto é, os dias e períodos nos quais a aplicação do instrumento de coleta de dados deveria ser realizada foi estabelecido com o auxílio de uma lista telefônica e está ilustrado na Figura 2 a seguir:

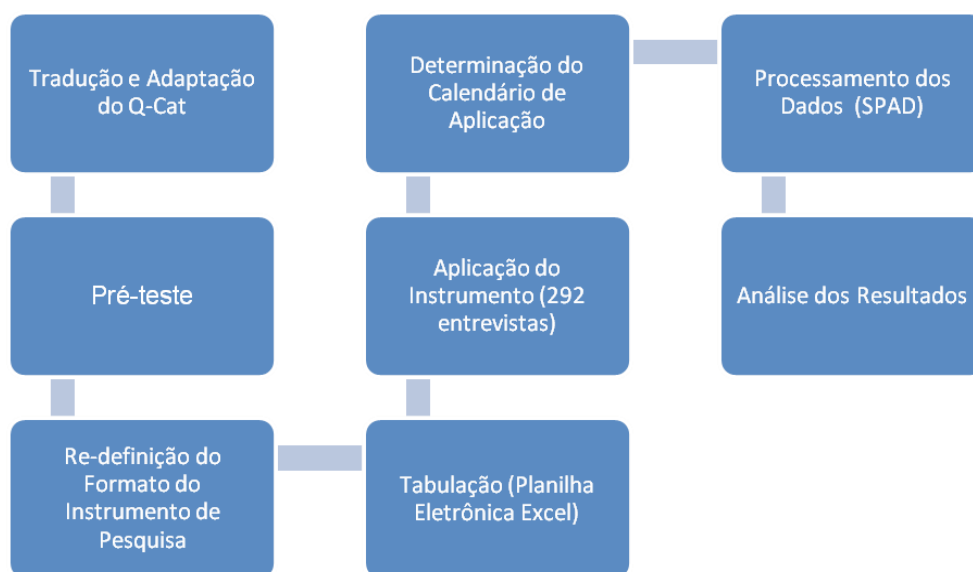


Figura 3: Fluxograma da aplicação do instrumento de coleta de dados “Q-Cat”

Fonte: Elaborado pelos autores

Como se observa na Figura 3, os dados coletados foram tabulados com o auxílio da Planilha Eletrônica *EXCEL* e processados estatisticamente através da técnica de Análise Fatorial de Correspondência Múltipla - ACM, via programa SPAD. Com o intuito de facilitar o processo de identificação e análise das informações geradas pela técnica de ACM, foi utilizada também a Análise de Cluster, conforme será detalhado nos resultados a seguir.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Processo de definição dos grupos representativos de indivíduos visitantes do PMLP

O processo de análise dos dados teve início com a identificação das variáveis ativas⁴ e ilustrativas⁵, as quais foram classificadas da seguinte maneira: Variáveis ativas: Q1, Q2, Q3, Q4, Q5, Q9, Q10, Q11, Q12, Q13, Q14, Q15, Q16, Q18 e Q19; Variáveis ilustrativas: Q6, Q7, Q8 e Q17. A determinação das variáveis entre ativas e ilustrativas se deu em função da análise da contribuição de cada uma delas para a diferenciação dos indivíduos no plano fatorial⁶ (Figura 4). No caso das variáveis ilustrativas percebeu-se que elas não seriam capazes de diferenciar os indivíduos, haja vista que mais de 93% das respostas dadas em cada uma das questões foram iguais para todos os indivíduos (Ex.: 97,5% dos indivíduos eram brasileiros).

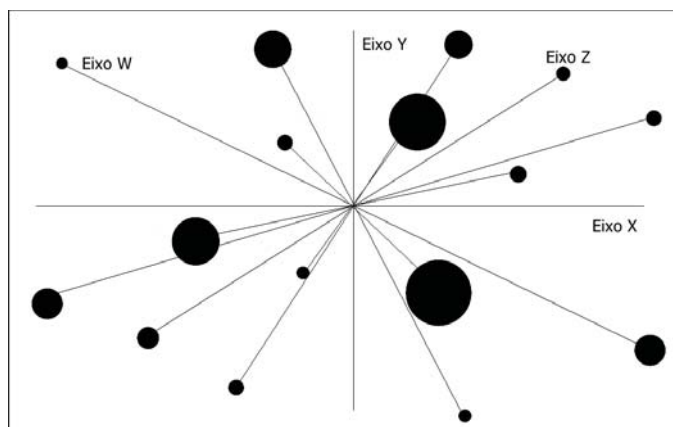


Figura 4. Representação de um Plano Fatorial Multidimensional

Fonte: Elaborado por (informação omitida temporariamente)

Após esse processo de identificação das variáveis, foi gerado um plano fatorial conforme ilustração da Figura 5, o qual representa cada uma das variáveis e, também, os indivíduos considerados na pesquisa.

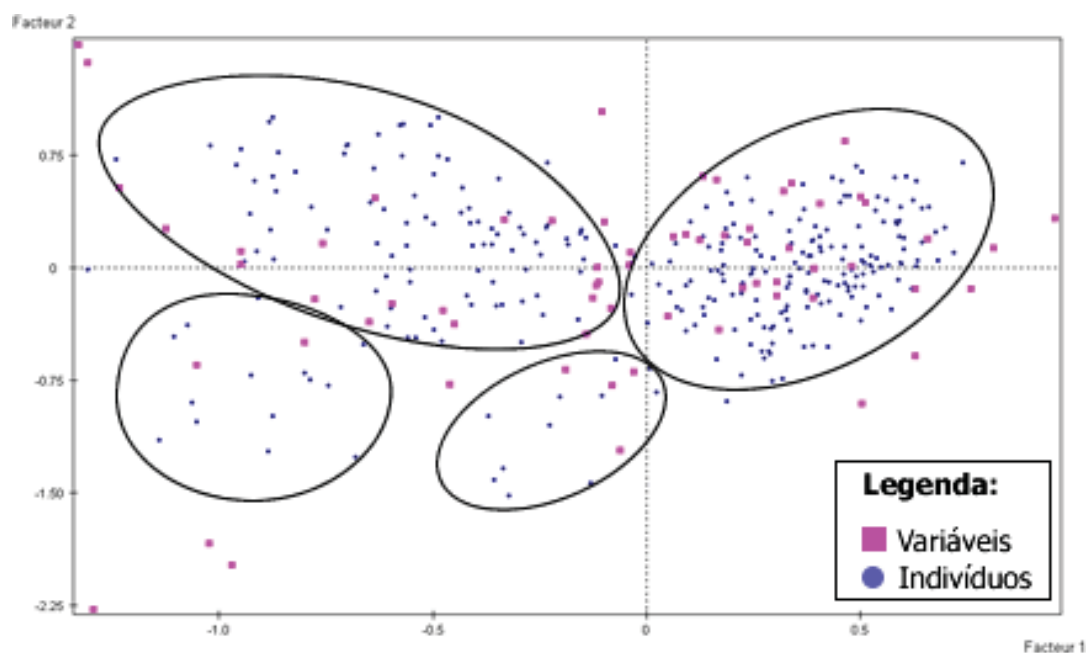


Figura 5. Plano Fatorial

Fonte: Elaborado por (informação omitida temporariamente)

Analisando-se preliminarmente esse plano fatorial, foi possível perceber a formação de quatro grupos. O primeiro grupo está bastante nítido e encontra-se distribuído entre o quadrante superior direito e o quadrante inferior direito. O segundo grupo é formado pelos indivíduos localizados no quadrante superior esquerdo e parte do quadrante inferior esquerdo, o terceiro grupo localiza-se no quadrante inferior esquerdo e o quarto grupo localiza-se quase totalmente no quadrante inferior esquerdo.

Com o intuito de se confirmar a ocorrência desses quatro grupos foi efetuada a análise de cluster com o auxílio do programa SPAD. A partir dessa análise foram identificados seis grupos de indivíduos (Figura 6) que se mostraram muito semelhantes aos quatro grupos que haviam sido identificados inicialmente através da análise fatorial de correspondência Múltipla.

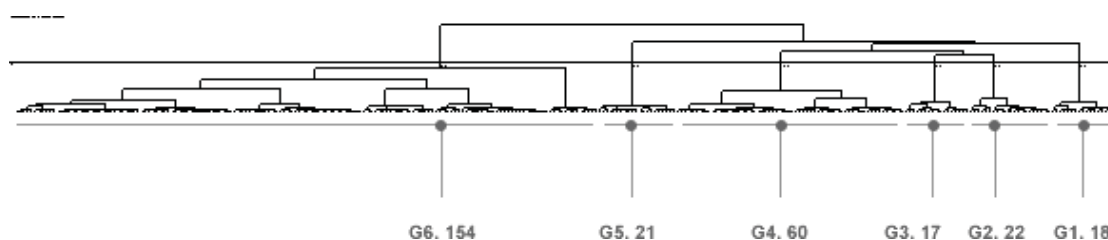


Figura 6: Dendrograma da distribuição condensada da amostra (número de indivíduos) entre os grupos formados através da Análise de Clusters

Fonte: Elaborado por (informação omitida temporariamente)

A partir desta constatação, esses seis grupos foram reagrupados de modo a criar três grandes grupos representativos dos visitantes do PMLP (FIGURA 7) e que possuísem características próprias bastante evidentes.

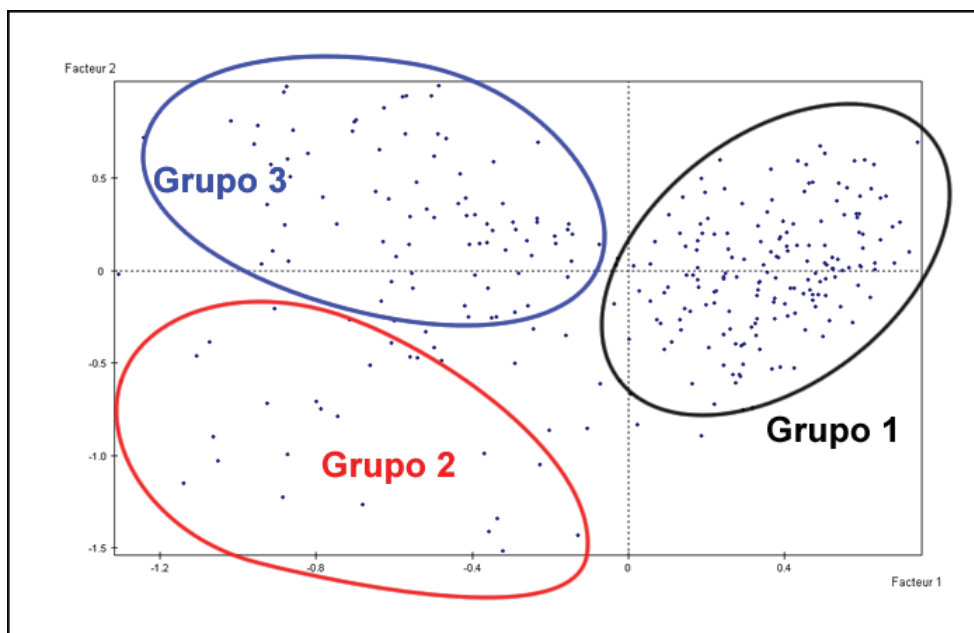


Figura 7. Definição dos grupos de visitantes do PMLP
 Fonte: Elaborado por (informação omitida temporariamente)

Foram então examinadas as contribuições de cada uma das variáveis⁷ em cada um dos cinco principais eixos⁸ que permitiram a representação dos dados no plano fatorial, passando-se à análise exploratória de cada um deles, a fim de se identificar as suas respectivas características.

4.2 Os perfis de visitantes do PMLP

Grupo 1: é o grupo mais representativo entre os três grupos identificados na pesquisa. Este grupo é formado por indivíduos com idade que varia entre 31 a 40 anos com equilíbrio entre aqueles do sexo feminino e os do sexo masculino. Em sua maioria residem na Grande Florianópolis e no Vale do Itajaí. Possuem como nível educacional predominante a educação fundamental e não falam outros idiomas. Caracterizam-se por trabalhar em tempo integral e por serem donas do lar e desempregados. Possuem renda média familiar que varia entre 2 e 5 salários mínimos. Possuem ascendência de famílias brasileiras. São casados e exercem atividades relacionadas às áreas de serviços e em menor grau à área de produção, artesanato e reparo. Os indivíduos desse grupo visitaram o PMLP acompanhados de dois ou mais parentes e, entre os acompanhantes, existem até duas e também mais do que quatro pessoas com idade inferior a 19 anos ou, ainda, com idade superior a 62 anos. O perfil desse grupo ainda revela que são pessoas de meia idade, baixo poder aquisitivo, que se deslocam de áreas próximas (menos de 200 km) para realizar atividades recreativas e de lazer em um balneário gratuito. Finalizando a análise pode-se caracterizar o tipo de uso público realizado pelo Grupo 1, segundo Newsome, Moore e Dowling (2002), como aquele ligado ao lazer e recreação baseado na natureza e desenvolvido de forma massificada..

Grupo 2: é o menor entre os três grupos identificados, formado por indivíduos com idade entre 41 à 50 anos predominantemente do sexo masculino. Em sua maioria são pessoas que residem em diversas partes do Brasil e exterior e em menor grau na Grande São Paulo e Campinas. Possuem nível educacional superior (Graduação e Pós-Graduação) e trabalham em tempo integral, principalmente em profissões ligadas à administração e como profissionais liberais. Os indivíduos desse grupo possuem renda média familiar que varia entre 10 e mais de 20 salários mínimos, falam o idioma inglês ou mais idiomas e possuem ascendência europeia. Possuem alto poder aquisitivo, se deslocaram por longas distâncias para chegar ao parque, com intuito de contemplação da natureza e não para realizar atividades recreativas (passeio de caiaque, banho de lagoa entre outros). São, ainda, separados, divorciados ou viúvos e visitaram o PMLP com parceiros e outros tipos de companhias. Dessa forma, pode-se caracterizar o tipo de uso público realizado pelo Grupo 2, segundo Newsome,

Moore e Dowling (2002), como aquele ligado ao turismo alternativo baseado na natureza ou ainda com ênfase no caráter ecológico e de observação de fauna e flora.

Grupo 3: é formado por indivíduos com idade inferior a 20 anos, principalmente do sexo feminino. Em sua maioria são pessoas que residem em Porto Alegre e outras cidades do estado do Rio Grande do Sul e possuem como nível educacional o ensino médio e técnico. São estudantes e não exercem atividades remuneradas, ainda assim pôde-se identificar que suas famílias possuem rendimento mensal de 2 até 3 salários-mínimos. Comunicam-se em inglês, além do português, e possuem ascendência europeia miscigenada com outras etnias. Os indivíduos desse grupo são solteiros com idade entre 19 e 62 anos e visitaram o PMLP acompanhados de dois ou mais amigos. Finalizando, pode-se caracterizar o tipo de uso público realizado pelo Grupo 3, segundo Newsome, Moore e Dowling (2002), como sendo uma forma de turismo indefinida, já que são indivíduos que residem no estado do Rio Grande do Sul. Assim, não é possível determinar com precisão se tais indivíduos desenvolvem atividades alternativas ou “de massa”.

Para efeito de comparação do tipo de resultado colhido na presente pesquisa, pelo qual identificaram-se três grupos distintos de perfil de visitantes em uma Unidade de Conservação municipal da categoria “Parque”, observa-se que a pesquisa realizada em 2004 pelo Departamento de Áreas Protegidas do MMA (MMA, 2004), identificou um perfil de visitantes em parques brasileiros a partir das seguintes variáveis: idade; escolaridade; frequência de visita; forma de organização da viagem; motivação da visita; aspectos importantes da visita e opinião sobre equipamentos e infraestrutura nos parques. O resultado, porém, foi apresentado estatisticamente na forma univariada, não permitindo uma análise comparativa mais integral com os resultados aqui expostos, ao nível da formação de grupos tipificados de visitantes.

Da mesma forma, o estudo sobre os visitantes do Parque Nacional de Superagui-PR (NIEFER; da SILVA; AMEND, 2000), também processado de forma uni e bi-variada, ao considerar variáveis como idade, sexo, escolaridade, renda familiar, estado civil, forma de viagem, origem, objetivos e características da viagem, gastos, meio de transporte, entre outras, identificou que predominam naquela UC visitantes brasileiros, jovens e que não viajam sozinhos, possuindo ainda um perfil compatível com o de ecoturistas.

Atendo-se especialmente às combinações entre os capítulos do Q-Cat I e II (Características dos Visitantes/Característica da Viagem) e I e III (Características dos Visitantes/Característica da Visita), que foram as mais intensamente aplicadas junto ao visitante-usuário do PMLP, várias questões relacionadas exatamente a esses aspectos, embora aplicadas e assimiladas pelos respondentes, não receberam respostas passíveis de validação para posterior processamento. Isso porque uma vez que maioria dos visitantes do PMLP residem na Grande Florianópolis e, dessa forma, utilizam o parque como um espaço de lazer e não como um atrativo turístico. Portanto, não se encontravam na condição de visitantes, deslocando-se a partir de regiões distantes e em atividade de turismo.

Outra limitação verificada na caracterização da visita ao PMLP, relacionou-se ao fato de que a maioria dos entrevistados utiliza a área apenas para tomar banho de sol ou banho na lagoa e também para o descanso. Poucas são as pessoas que desenvolvem outro tipo de atividade no PMLP e, menos ainda, são aqueles que visitam outras áreas do parque, além da área em frente à lagoa, próximo à sua sede. Por essa razão, diversos itens que identificavam as atividades e o horário em que os visitantes as praticavam e a satisfação dos visitantes em relação à prática das mesmas, atividade, deixaram de ser respondidos. Da mesma forma, a não cobrança de ingresso para a visita e a falta de ênfase para o serviço de visita às trilhas, com o acompanhamento dos guias (estagiários) do parque, impediram que fossem respondidas outras questões desses capítulos, embora tenha sido constada a aplicabilidade dessas questões junto aos indivíduos abordados. Por outro lado, o teste completo do instrumento no PMLP permitiu a inclusão do capítulo que trata da identificação, por parte da população autóctone, dos impactos causados pela visita na área. Tendo em conta todos esses condicionantes, ainda assim considerou-se válida a aplicação e o teste do instrumento, uma vez que foi possível identificar as necessidades de modificação para a sua aplicação nas U.C's do Brasil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A predominância de não turistas entre os visitantes do PMLP foi um fator que limitou a máxima exploração do conjunto dos capítulos do Q-Cat, especialmente do capítulo II em diante, em termos da

obtenção de dados e seu posterior processamento. Isto se deu devido a esses capítulos identificarem as características de viagem do visitante-turista e da visita realizada no parque, que no caso do visitante da região se restringia, muitas vezes, ao banho de lagoa, bem como os gastos realizados com a viagem (hotéis, restaurantes etc., não utilizados pela população local), entre outros.

No entanto, esse fator não impediu que todo o repertório do Q-Cat, com seus nove capítulos fosse testado e validado mediante pertinente adaptação, junto à amostra definida para a pesquisa de campo e constituída por visitantes-usuários do PMLP no mês de janeiro do ano de 2005.

Como o propósito foi o de contribuir com a definição de um instrumento de coleta de dados padrão para a gestão do uso público nas unidades de conservação brasileiras, a ênfase do que se apresentou e se discutiu como resultado, foi a adaptação e a aplicação do Q-Cat, diante de uma situação real de uso público em área protegida, e não exatamente a análise dos perfis dos três grupos de visitantes identificados frente a possíveis estudos semelhantes encontrados na bibliografia pertinente.

Dessa forma, considera-se que o propósito de contribuir metodologicamente com a adaptação e a aplicação de um instrumento de coleta de dados, bem como com o tratamento e análise de dados resultantes da aplicação desse instrumento, foi satisfatoriamente atingido. A aplicação do instrumento deve fazer parte de um planejamento de longo prazo no qual cada capítulo ou grupo de capítulos sejam aplicados em uma determinada temporada de visitação e que ao final de um determinado número de temporadas, possa-se identificar o perfil detalhado dos visitantes da UC, baseado na aplicação dos nove capítulos que formam o Q-Cat.

Atualmente ainda não existe no Brasil um modelo padrão nacionalmente utilizado para se caracterizar o perfil dos visitantes das Unidades de Conservação, o mesmo acontecendo com as informações relacionadas à caracterização das visitas, do tipo de viagem realizada pelos visitantes, entre outros aspectos pertinentes ao uso público (RODRIGUES, 2005). Assim, com a consolidação desse processo em Unidades de Conservação do Brasil é possível antever no futuro o estabelecimento de um modelo comum para a caracterização do perfil dos visitantes e da visitação, permitindo inserir as informações geradas nacionalmente nas estatísticas globais sobre a visitação em áreas protegidas; dado que o Q-Cat vem sendo preconizado como instrumento modelo pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas – WCPA.

É oportuno ressaltar a contribuição oferecida pelas técnicas estatísticas multi-variadas, no presente caso, a Análise Fatorial de Correspondência Múltipla e a Análise de Cluster, que diferentemente das análises convencionais uni ou bivariadas, permitem que todas as informações coletadas em relação a cada um dos indivíduos da amostra (os visitantes-usuários do PMLP), sejam utilizadas para se determinar o perfil dos grupos de visitantes da área. Isto sem perder as referências desses mesmos indivíduos ou grupo de indivíduos, permitindo assim a análise conjunta de todas as suas características ou informações.

A possibilidade de identificar grupos distintos e bem definidos do público visitante em UC's, permitirá aos seus gestores compreender com mais clareza e segurança quem são os visitantes e prever quais as atividades que estes desejam realizar e que experiências ecoturísticas, recreativas ou educacionais desejam vivenciar. O conhecimento do perfil dos visitantes permitirá também que sejam identificados possíveis focos de conflitos entre diferentes tipos de usuários das U.C's, possibilitando à administração da UC tomar as medidas necessárias para minimizá-los. Portanto, tal conhecimento associado a uma adequada e bem dimensionada estrutura material e humana nas unidades de conservação, atualmente ainda muito incipiente, concorrerá para a gestão do uso público, tanto no enfrentamento cotidiano das demandas por qualidade da experiência turístico-recreativa e satisfação da expectativa do visitante, quanto no estabelecimento de estratégias de alcance mais longo, visando transformações futuras no dimensionamento e no caráter da visitação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Capítulo VI, Do Meio Ambiente. Artigo 225, § 1º, incisos I, II e III. Brasília, D.F: Senado, 1988.

BOYD, S. National Parks: wilderness and culture. In: LEW, A.; HALL, M.; WILLIAMS, A. eds. **A Companion to Tourism**. Malden: Blackwell. P. 473-483.

CABRAL, L. O. **Bacia da Lagoa do Peri**: sobre as dimensões da paisagem e seu valor. 1999. Dissertação - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

COLE, D. N.; STANKEY, G. H. **Historical Development of Limits of Acceptable Change**: Conceptual Clarifications and Possible Extensions. 1998. Disponível em: <<http://leopold.wilderness.net/confwork/limits.htm>>. Acesso em: outubro de 2004.

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. 1981. **LEI Nº 1828/81**. Florianópolis. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/leismunicipais/index.html>> Acesso em: 24 junho de 2005.

EAGLES, P. F. J. International Trends in Parks Tourism. In: EUROPARC 2001. Matrei, Austria. **Paper**. Edition 4:17 September 2001.

EAGLES, P. F. J.; McCOOL, S. F.; HAYNES, C. D. **Sustainable Tourism in Protected Areas**: Guidelines for planning and management. Cambridge: IUCN, 2002.

HORNBACK, K. E.; EAGLES, P. F. J. **Guidelines for Public Use Measurement and Reporting at Parks and Protected Areas**. Gland and Cambridge: IUCN, 1999.

IUCN - WORLD CONSERVATION UNION. **The IUCN Protected Area Management Categories**. IUCN, 2002. Disponível em: <http://www.iucn.org/themes/wcpa/wpc2003/pdfs/outputs/pascat/pascatrev_info3.pdf>. Acesso em: 10 dezembro 2005.

LACERDA, E. V. **Análise do perfil e da percepção do visitante do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros - GO**: uma contribuição para a sua gestão. Monografia (Bacharelado em Turismo e Hotelaria). Centro de Ciências Aplicadas: Comunicação, Turismo e Lazer, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2008.

MAGRO, T. C.; DALE, P. J.; VASCONCELLOS, J. M. Uso Público em Unidades de Conservação. (Seminário ocorrido no III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. **Notícias** - Informativo da Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação. Curitiba, ano 02, n. 4, janeiro de 2003.

McCOOL, S. F. **Limits of Acceptable Change**: a framework for managing National Protected Areas: Experiences from the United States.. 199_. Disponível em: <http://juneau.org/tourism2/documents90-99/Limits_of_Accept_Change96.pdf>. Acesso em: maio de 2005.

McCOOL, S. F.; COLE, D. N. **Experiencing Limits of Acceptable Change**: Some Thoughts After a Decade of Implementation. 1998. Disponível em: <<http://leopold.wilderness.net/confwork/limits.htm>>. Acesso em: outubro de 2004.

FIELD, D. R.; BROWN, P. J.; BURDGE, R. J. Coming in from the dark. In: MANFREDO, J. M.; VASKE, J. JERRY; BRUYERE, B. L.; FIELD, D. R.; BROWN, P. J. **Society and Natural Resources**: a summary of knowledge. Jefferson, Missouri: Modern Litho, 2004.

MANNING, R. E. Recreation Planning Framework. In: MANFREDO, J. M.; VASKE, J. JERRY; BRUYERE, B. L.; FIELD, D. R.; BROWN, P. J. **Society and Natural Resources**: a summary of knowledge. Jefferson, Missouri: Modern Litho, 2004.

MERCADANTE, M. Apresentação. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS/DIRETORIA DE ÁREAS PROTEGIDAS. **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação**. Brasília: MMA, 2006. p. 9-10.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Marco Conceitual das Unidades de Conservação Federais do Brasil**. Projeto Unidades de Conservação GTZ/IBAMA. Brasília: MMA/DIREC, 1997.

_____. **Visite um Parque e Conte-nos sua Experiência**. Brasília: MMA/DAP, 2004. Relatório Interno de Pesquisa não Publicado.

_____. **Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação**. Brasília: SBF/DAP. 2006.

_____. **Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais**. Brasília: MMA, 2005. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbs_dap/_arquivos/diagnostico_da_visitacao_em_parques.pdf> Acesso em: 09 setembro de 2005.

_____. **Diretrizes para a visitação em Unidades de Conservação**: Apresentação.. Brasília, 200_b. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/index.cfm?id_estrutura=48&id_menu=2162&id_conteudo=2734> Acesso em: 09 setembro de 2005.

NEWSOME, D.; MOORE, S. A.; DOWLING, R. K. **Natural Area Tourism**: Ecology, Impacts and Management. Clevedon: Channel View, 2002.

NIEFER, I. A.; DA SILVA, J. C. G. L.; AMEND, M.. Ecoturistas ou não?: Análise preliminar dos visitantes do Parque Nacional de Superagui. **Turismo Visão e Ação**. Itajaí, ano 3, n. 6, p. 49-61. 2000.

NIEFER, I. A.. Análise do Perfil dos Visitantes da APA (Área de Proteção Ambiental) Guaraqueçaba – PR: Base para o Planejamento Ecoturístico. **Turismo Visão e Ação**. Itajaí: v. 6, n. 1, p. 45-67. 2004.

NOBRE, I. **Pólos ecoturísticos**: subsídios para o planejamento. Brasília: IBAMA/MMA, 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **GeoGuia Florianópolis**. Florianópolis: PMF, 2003.

REINIUS, S. W; FREDMAN, P. Protected areas as attractions. **Annals of Tourism Research**. UK: v. 34, n. 4. p. 839-854. 2007.

RYAN, C; STERLING, L. Visitors to Litchfield National Park, Australia: a typology based on behaviours. **Journal of Sustainable Tourism**, U.K, v. 9, n 1. 2001.

SISTEMA Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC: lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000: decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5. ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2004.

SMITH, S. L. J. **Tourism Analysis**: a handbook. 2 ed. London: Longman, 1995..

TAKAHASHI, L. 1998. **Caracterização dos visitantes, suas preferências e avaliação dos impactos da visitação pública em duas Unidades de Conservação do Estado do Paraná**. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1988.

TAKAHASHI, L. **Uso Público em Unidades de Conservação**. Cadernos de Conservação. Ano 02. n. 02. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2004.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME - UNEP. **Industry as a partner for sustainable development**: tourism. United Kingdom: The Beacon, 2002.

WAGAR, J. **The carrying capacity of wildlands for recreation**. (s.l.): Forest Science, 1964. Monograph 7.

WIGHT, P. Integration of Biodiversity and Tourism: Canada case study. In: INTERNATIONAL WORKSHOP INTEGRATING BIODIVERSITY AND TOURISM. 2001. México. **Paper**. UNEP/UNDP/BPSP/GEF.

WORLD TRAVEL AND TOURISM COUNCIL. **Brazil Travel and Tourism Forging Ahead**: the 2004 Travel and Tourism Economic Research. London: WTTC, 2004.

NOTAS

¹ Parte do conteúdo deste artigo foi anteriormente apresentado no V CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, ocorrido entre os dias 17 e 21 de junho de 2007, realizado em Foz do Iguaçu, e publicado nos anais do evento sob o título: **“Análise do Uso Público em Áreas Protegidas Através da Adaptação e Aplicação do Modelo de Coleta de Dados “QCAT”: estudo de caso do Parque Municipal da Lagoa do Peri – Florianópolis/SC”**.

² Camila G. O. Rodrigues é técnica especializada da Diretoria de Áreas Protegidas / Ministério do Meio Ambiente. As informações foram colhidas de forma oral durante a realização da 7ª edição da Adventure Sports Fair – SP, em 2005.

³ Dado obtido através de levantamento do Corpo e Bombeiros que atuava no PMLP na época da pesquisa.

⁴ Variáveis ativas são aquelas que de alguma forma colaboram para a diferenciação dos indivíduos.

⁵ Variáveis ilustrativas não exercem influência para diferenciar os indivíduos. Ambas as variáveis correspondem às questões do *Questionnaire Catalogue* expostas no Anexo 2 do documento de dissertação de mestrado que deu origem ao presente artigo.

⁶ Plano Fatorial é a representação ilustrativa dos dados (variáveis e indivíduos) em um plano bidimensional (dois eixos), a partir da análise destes dados em um plano multidimensional ('n' eixos).

⁷ Variáveis são cada uma das questões que compuseram o instrumento de coleta de dados.

⁸ Para cada uma das variáveis de uma entrevista existe um eixo ou plano correspondente que é utilizado para fazer a representação daquela variável dentro do processo de Análise Fatorial de Correspondência Múltipla. Na ilustração elaborada pelo programa SPAD é possível identificar visualmente apenas 2 eixos (x,y) os quais são identificados pelo programa como sendo, dentre todos os eixos, aqueles que apresentam uma maior contribuição de informações de todas as variáveis da pesquisa.